

Judas-Asvero: Euclides da Cunha e os destinos da ficção amazônica

Rafael Voigt Leandro



Resumo

Este estudo propõe que o conto “Judas-Asvero”, publicado por Euclides da Cunha em *À margem da história* (1909), configura-se como peça fundamental para a compreensão da gênese do sistema literário amazônico, estreitamente vinculado ao ciclo da borracha, capítulo histórico decisivo para a (inter)nacionalização amazônica, mesmo que sob a conflitante relação entre os interesses de fundo econômico e a política étnico-ambiental para a região. Pretende-se, então, analisar “Judas-Asvero”, observando a tensão existente entre memória e história na narrativa euclidiana, bem como compreender seu lugar na *protomemória* de um ciclo literário amazônico em formação, isto é, o ciclo ficcional da borracha.

Palavras-chave: Euclides da Cunha. Judas-Asvero. Sistema literário amazônico. Ciclo ficcional da borracha.

Durante sua missão amazônica, entre 1904 e 1905, Euclides vislumbrava a possibilidade de empreender sua segunda grande obra, sucessora de *Os Sertões* (1902). Essa nova obra “vingadora” se chamaria *Um paraíso perdido*, tomando de empréstimo o título de John Milton. Ao retornar ao Rio de Janeiro em 1906, modifica bastante esses planos. Considera a impossibilidade de realizar a grande obra vingadora. Com essa mudança de rumos, publica postumamente *À margem da história* (1909). A narrativa “Judas-Asvero” sai nesse volume.

Na gestação de seu projeto amazônico, Euclides prefacia uma obra determinante para a história da literatura amazônica: *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas* (1908), de Alberto Rangel. Por sua epistolografia, sabe-se que Euclides enfeixa algumas observações que facilitam a constatação de que se estabelecia entre ele e Rangel não apenas uma relação de amizade, mas também de projetos amazônicos: “Hei de mostrar que naqueles capítulos [de *Inferno Verde*] há uma

síntese dos aspectos predominantes da existência amazônica.//Não me abalancei a emendar.” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 328)

Euclides se anima com o projeto amazônico de Rangel, como se este orbitasse a “segunda obra vingadora”. Não se furta a propor a continuidade do projeto do autor de *Inferno Verde*: “(...) Deves num posfácio prometer o reverso do quadro: o livro antítese de *Inferno*, em que considere, otimistamente, a nossa prodigiosa Amazônia.” (p. 346) Rangel daria sequência a seus contos amazônicos com *Sombras n’água: vida e paisagens do Brasil equatorial* (1913), mas sem qualquer auxílio de Euclides, em razão de sua morte prematura.

Não se sabe exatamente em que momento a narrativa euclidiana “Judas-Asvero” foi composta. Ao que consta, não há informações precisas a respeito de seu instante de composição. Algumas pistas para a crítica genética ficam em aberto. Recorrendo a sua epistolografia, tem-se uma comunicação com o poeta Vicente de Carvalho, logo após o lançamento dos primeiros contos amazônicos de Rangel: “Já leste o *Inferno Verde*? Nesta pergunta há uma vaidade encantadora: é o livro do meu primeiro discípulo, alentando-me na convicção de que abri uma *picada*, levando a outros rumos o espírito nacional...” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 376)

Penso que o conto “Judas-Asvero” pode ter sido produzido tanto durante a missão amazônica de Euclides quanto após tomar contato com as narrativas rangelianas. Mas não há informações precisas quanto a isso. Segundo Foot Hardman (2009), Euclides não incluiu escritos amazônicos *posteriores* à viagem em *À margem da história*. É oportuno apresentar, dentro desse quadro genético inicial, um aspecto narrado por Leandro Tocantins:

A propósito, Modesto de Abreu conta em seu livro *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha*, que depois de escrever *Judas-Asvero* o escritor padeceu de uma dúvida cruciante: aquilo tinha algum valor ou tratava-se, apenas, de frases valorizadas pela força do pitoresco? Procurou o seu amigo Coelho Neto e deu-lhe a ler as folhas do manuscrito. O veredicto final veio com entusiasmo e aplauso. “Isto é uma das melhores coisas que você já escreveu!” Euclides, que ia destruir o capítulo, animou-se a incluí-lo no livro *À margem da história*. (TOCANTINS, 1978, p. 159)

Sempre me pareceu inadequada a leitura do conto “Judas-Asvero” apartado de *À margem da história* (1909). É possível, em certos casos, a leitura em separado, episódica, mas parece que existe um todo em consonância e pulsante, o que gera uma dependência entre as partes da obra. Dois dos principais intérpretes euclidianos, Leandro Tocantins (*Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*) e Francisco Foot Hardman (*A vingança da hileia*), demonstram a veracidade dessa perspectiva. Além disso, Milton Hatoum (“Expatriados em sua própria pátria”) procede de igual modo. O recorte é possível, mas não recomendado, mesmo quando se sabe da relutância de Euclides em incluir esse quadro considerado pitoresco entre os ensaios de interpretação do livro. É preferível considerar que a compreensão de Euclides sobre o processo histórico da Amazônia serviu decisivamente para a confecção de “Judas-Asvero”, como afirma categoricamente Hatoum (2002) em seu ensaio.

992

Levando em conta essa premissa, cabe afirmar inicialmente que a narrativa de Euclides encontra-se dentro da primeira parte de *À margem da história*, intitulada “Terra sem história (Amazônia)”. O título aponta falsamente para uma ideia de que não há uma *história da Amazônia*. Mas Euclides encarrega-se de desfazer esse sofisma. E pensa não somente na história do povo, mas numa história telúrica (hidrogeográfica), entremeada de cultura.

É de se considerar o fato de que, após sua missão em Canudos, Euclides tenha publicado no Estado de São Paulo, em 14 de novembro de 1898, o artigo *Fronteira Sul do Amazonas* – depois incluído por Hildon Rocha na coletânea *Um paraíso perdido* –, com o fito de comentar o livro de Manuel Tapajós. Quase de forma premonitória, Euclides desvela seu interesse histórico pela região que conheceria anos depois. Certamente, consultou esse trabalho preliminar para compor as páginas da primeira parte de *À margem da história*.

Essa parte de *À margem da história* inicia-se com as “Impressões gerais”, em que o autor de *Os Sertões* (1902) se embrenha pelos sertões amazônicos, de braços dados com um bom número de cientistas, de zoólogos a geólogos, alguns dos quais expoentes das viagens naturalistas do século 19. Euclides desfaz o mito de “terra sem

história” relativo à Amazônia, dando-lhe uma história contada de modo telúrico, como se fosse um rio a cortar nosso imaginário, indo pelas margens do “rio que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios” (CUNHA, 2000, p. 6). O amazonólogo Leandro Tocantins (1978) estuda esse aspecto telúrico da prosa euclidiana.

A imagem do rio serve a Euclides como um parâmetro cultural ou historiográfico: “Tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta.” (CUNHA, 2000, p. 9). Essa historiografia *hidrográfica* de Euclides contrasta, por outro lado, com aquela historiografia *das secas* de *Os Sertões*. Em grande medida, Euclides espelha-se no trabalho dos naturalistas, serpenteando seu discurso às margens de um Amazonas imaginário, porque feito de palavras e pensamentos. Não é à toa que retoma a figura de Alexandre Rodrigues Ferreira: “[...] ao realizar a sua ‘viagem filosófica’, pela calha principal do grande rio, andara entre ruínas.” (CUNHA, 2000, p. 10). Além de Ferreira, Euclides demonstra conhecer outras narrativas naturalistas ou imaginosas sobre a Amazônia, quando recorre a Humboldt, Goeldi, Martius, Bates, Agassiz, Wallace, Hartt, Raleigh. Para ficar com os narradores brasileiros, Euclides elenca Fr. João de São José, Antônio Vieira, Padre João Daniel, Tenreiro Aranha, José Veríssimo.

Numa sequência às vezes imperceptível, pelo rio de sua narrativa, Euclides nos leva para o encontro com um caráter antropológico, preenchendo um pouco o vazio demográfico de sua exposição. Desde o início, Euclides prepara o grande lance de entrada em cena dos *homens*, em esquema semelhante ao encontrado em *Os Sertões*, como se primeiramente colocasse as condições fisiográficas em que esses homens se encontram, para, só depois, perceber uma influência mútua ou a interação entre o complexo humano e o complexo da Natureza, entre o homem e o meio ambiente.

Ao se referir aos livros do Padre João Daniel, a Tenreiro Aranha, a José Veríssimo e uma “dezena de outros”, afirma que: “Nestes livros se espalham fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na história.” (p.

11). Segue com esse prelúdio na seguinte toada: “Depois há o incoercível da fatalidade física. Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem.” Euclides assevera que a “volubilidade do rio contagia o homem”. Pretende, de certo modo, explicar como ocorre a adaptação do homem a este ambiente, com alguma tese: “Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril.” (p. 12). Nesse trecho, Euclides não faz qualquer menção a comunidades indígenas ancestrais, anteriores a esses três séculos de história.

994

Euclides também não pretende realizar um grande estudo antropológico. Pouco a pouco, aproxima-se do seringueiro, um tipo social específico que deve ser estudado sob o pano de fundo dos processos de globalização do início do século 20, no contexto do período áureo do ciclo da borracha. Passa, então, em frente à “ilha da Consciência”, na foz do Juruá: “É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, coma aquela ironia formidável.” (p. 12).

A partir daí, Euclides fará um ensaio sociológico sobre o seringueiro: “é o homem que trabalha para escravizar-se.” (p. 13). Em narrativa de interesse para a sociologia do trabalho, Euclides refaz o caminho do seringueiro do Ceará até os barracões dos coronéis (ou senhores) da borracha. Esmiúça um dos sistemas de escravidão moderna, calcada na lógica do endividamento: “(...) raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna” (p. 14). O aspecto sociológico da obra de Euclides despertou a atenção de Antonio Candido (2002), com especial ênfase para o fenômeno do isolamento, da segregação, bem como da interpretação psicossocial do sertanejo. Podemos, facilmente, estender algumas das considerações de Candido para a análise euclidiana sobre o seringueiro.

A preocupação de Euclides com os seringueiros permite-lhe clamar por medidas que “salvem” essa sociedade:

Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite

o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra. (p. 15-16)

Como um *asvero*, Euclides vaga errante. Rompe parcialmente com a narrativa de fundo antropológico e sociológico, retornando para a “biografia” das águas do Amazonas, em “Rios do abandono”. Lança seu olhar para o Purus. Afinal, estava bem dotado de informações *in loco* sobre esse braço da hidrografia amazônica, em razão de haver chefiado a missão no Alto Purus, para definição da fronteiras brasileiras com o Peru. Naquele momento histórico, Euclides assevera que o Purus “está inteiramente abandonado” (p. 26). Começa a notar a vida humana a necessitar do rio: “Porque os homens que ali mourejam – o cauchero peruano com as suas *tanganas* rijas, nas montarias velozes, o nosso seringueiro, com os varejões que lhes impulsionam as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga (...)” (p. 25).

Euclides percebe algo como uma “natureza anfíbia”, nessa mistura de águas e terras. Se em *Os Sertões*, expõe o sertanejo como um forte; na Amazônia, não fugirá a uma constatação semelhante: “As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformosando-a: domam-na.” (p. 30). Aos poucos, achega-se ao Acre, destacando seu povoamento, consciente das disputas históricas entre Brasil e Bolívia por aquele território recém-anexado pela República: “O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso.” (p. 33). Sabe que populações sertanejas entre a Paraíba e o Ceará, fugidos do flagelo das secas, é que motivaram o adensamento populacional do Acre, iniciado desde os últimos anos da década de 1870. Euclides percebe que os poderes públicos pretendiam se libertar dos moribundos sertanejos que vagavam pelo Brasil. Concentram-se, então, no Acre: “(...) equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria.” (p. 33).

Euclides não foge ao tipo sociológico de suas preocupações: o seringueiro. O fato de localizar no Acre sua narrativa não é por mero acaso. Naquela região, extraiu-se o melhor látex amazônico e do mundo. Por isso, aquele quinhão de terra foi alvo de tantas disputas diplomáticas entre o Brasil e Bolívia, bem como do interesse e da

cobiça internacional, cobiça esta centrada nos Estados Unidos da América, como bem historia Arthur Cezar Ferreira dos Reis (1965).

As descrições sobre o trabalho do seringueiro são vivas de realismo, na acepção realista de que se vale uma literatura que vai a campo, na missão de se fazer presente: “A sua atividade, desde o primeiro golpe de machadinha, constrange-se para logo num círculo vicioso inaturável: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-las.” (p. 36). Euclides compara o isolamento e a solidão do seringueiro nas “estradas” do seringal ao trabalho forçado dos siberianos, como narrado por Dostoiévski, ou ao mito do Sísifo.

Antes de *À margem da história*, Euclides havia publicado na revista *Kosmos* o ensaio “Entre os seringais” (1906), em que se posiciona contra o sistema de exploração da força-de-trabalho instalada pelos coronéis de barranco. Esse ensaio dialoga facilmente com essa parte primeira do livro póstumo e ajuda na compreensão sob que guante a narrativa do *asvero* euclidiano se engendra.

É desse contexto de uma narrativa histórica híbrida da qual decorre o conto-ensaio “Judas-Asvero”. Nesse entreato, entre o rio e o humano, Euclides avista a figura do seringueiro. A partir de “Judas-Asvero”, Euclides vale-se da literatura como *medium* da memória cultural. É por isso que se pode notar o posicionamento de Euclides diante do que se pode chamar de *estética da memória*. Por um instante, distancia-se de qualquer pretensão historiográfica e passa a contar uma história com outros matizes, para o alcance e a percepção de uma realidade pela *experiência*. E nada mais propício do que o trabalho estético-literário para colocar em funcionamento a dialética entre *história* e *memória*, sendo que esta última atenderia aos anseios da ficção com estacas na realidade.

Assim, por não se permitir ou não perceber uma narrativa histórica definitiva, prefere apostar na instabilidade inerente a qualquer forma literária deliberadamente pretendida. O discurso de Euclides é múltiplo, retalhado, sem ser fragmentado. A representação literária da velha tradição de malhar o Judas no Sábado de Aleluia

plenifica-se de significados quando relacionada ao momento histórico dos seringueiros, como preparado por Euclides no preâmbulo da sua narrativa. É como se pretendesse uma interpretação integradora das partes da obra, sem a ruptura proposta por outros intérpretes, para uma hermenêutica da narrativa.

De acordo com Foot Hardman (2009), nesse conto, “Euclides atinge o ápice da representação do sublime ante o flagelo da paisagem amazônica. (...) essa narrativa curta possui uma unidade épico-dramática que nenhum outro escrito amazônico do autor logrou alcançar.” (p. 47). Hardman investiga a fundo essa narrativa, vislumbrando a tendência para recuperação desse mito do *judeu errante* no romantismo oitocentista.

A voz do narrador dá o tom de que a narrativa se confunde com um relato de viagem. Forja-se um viajante ou um antropólogo que para e observa uma realidade local. Diante desse narrador, a comunidade dos seringueiros, representada por *um seringueiro*, assume papel ativo ante a sua experiência histórica.

O domínio discursivo religioso, espiritual ou místico perpassa a narrativa. Sabe-se que, pela tradição religiosa, católica, à Paixão de Cristo, sucede-se o Sábado de Aleluia. O primeiro paradoxo em relação à realidade do seringueiro aparece na narrativa: “No sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes.” (p. 52). Desvela-se que os “dias tristes”, “as maldades”, serão por um dia apenas curadas, num processo catártico. Remete à possível memória de seringueiros nordestinos saudosos de suas terras natais:

Alguns recordam que nas paragens nativas, durante aquela quadra fúnebre, se retraem todas as atividades – (...) – e que as luzes agonizam nos círios bruxuleantes, e as vozes se amortecem nas rezas e nos retiros, caindo um grande silêncio misterioso sobre as cidades, as vilas e os sertões profundos onde as gentes entristecidas se associam à mágoa prodigiosa de Deus. (p. 52-53)

A profissão de fé dos seringueiros não se completa, porque o ambiente não lhes permite qualquer estado metafísico: “As preces ansiosas sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo de um ressentimento contra a divindade; e ele não se queixa.” (p. 53) O isolamento do seringueiro lhe deixa preso ao dédalo das

“estradas” dos seringais, o que lhe corta qualquer possibilidade de comunicação com Deus: “(...) é um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até àqueles brejais, manchando-se.” (p. 53). A penitência e o pecado recaem apenas sobre o seringueiro, por ter sido entregue como escravo aos traficantes de mão de obra. A conclusão do narrador é de que a Igreja só lhe fornece um “emissário sinistro”: o Judas; e somente um dia feliz: “o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balbúrdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e à divinização da vingança.” (p. 54).

998

Foot Hardman destaca a leitura de Rolando Morel Pinto, em que propõe que o conto-crônica possui andamento musical de uma “sinfonia patética”, com *alegro*, *presto* e *adagio* (p. 76). Em *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (1966), Leandro Tocantins analisa a prosa amazônica de Euclides nesses termos.

Há uma noção de *duplo* no boneco do judas em relação ao seringueiro. É um homem duplicado. O seringueiro transforma-se em escultor de um “espantalho”, sendo um “artista incontentável” (p. 55). Euclides carrega bem o drama humano em sua descrição sobre o boneco construído. O duplo se configura a partir do momento em que o seringueiro põe seu sombreiro na cabeça de Judas. É um desses instantes mágicos, epifânicos. A duplicação do homem, do sertanejo, é constatada por Euclides: “É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra (...)” (p. 55).

Essa noção de duplicidade cinge a estruturação da narrativa. O narrador euclidiano puxa a mimese para a relação meta-artística do seringueiro. O olhar do narrador euclidiano não é de mimese, mas de mnemosine. É de memória que se faz a narrativa, como num gesto de recuperar fatos *esquecidos* pela história.

A mimese do seringueiro pretende escrever algo no livro da Natureza, capaz de servir como um grito de libertação. O narrador euclidiano alerta para o fato de que: “O rio que lhe passa à porte é uma estrada para toda a terra. Que a terra toda contemple o seu infortúnio, o seu exaspero cruciante, a sua desvalia, o seu

aniquilamento iníquo, exteiorizados, golpeantemente, e propalados por um estranho e mudo pregoeiro..." (p. 56).

Ao partir em sua jangada macabra, o demoníaco judas-asvero segue pelo rio, na "lúgubre viagem sem destino e sem fim." (p. 56) Nessa viagem de Caronte, segue alvejado por todos os vizinhos, com balas de rifles, pedra, convícios, remoques (p. 57).

999

O "judeu errante" se junta a outros na descida. É uma duplicação em massa dos andrajos humanos, refletidos nos seringueiros. É como se o rio projetasse para sua barranca a figura humana imolada no Sábado de Aleluia. "Passam todos aos pares, ou em filas, descendo, descendo vagarosamente..." (p. 57).

O penúltimo parágrafo de "Judas-Ashvero" permite o levantamento não de uma hipótese, mas de uma assertiva, sobre a realidade dos seringueiros, mediante a metafórica noção de duplo, na massificação de bonecos que descem o rio:

(...) Os fantasmas vagabundos penetram nestes amplos recintos de águas mortas, rebaçadas; e estacam por momentos. Ajuntam-se. Rodeiam-se em lentas e silenciosas revistas. Misturam-se. Cruzam então pela primeira vez os olhares imóveis e falsos de seus olhos fingidos; baralham-se-lhes numa agitação revolta os gestos paralisados e as estátuas rígidas. Há a ilusão de um estupendo tumulto sem ruídos e de um estranho conciliábulo, agitadoíssimo, travando-se em segredos, num abafamento de vozes inaudíveis. (p. 58)

Como expatriados dentro da própria pátria, os seringueiros representam "fantasmas vagabundos". A adjetivação metafórica não foge a uma realidade que se repetiu insistentemente por longo tempo. Há muito o que se pensar sobre essa massificação dos judas errantes, dentro de outros significados da modernização em regiões periféricas e dos tentáculos do sistema sórdido de um capitalismo exploratório da força de trabalho.

Nesse processo, Euclides inscreve na realidade brasileira mais um *lugar de memória*, na acepção de Pierre Nora (1997), por permitir num gesto literário o perscrutar de uma novo *lócus*. Retira da Amazônia a noção de *lócus amoenus* e o reveste de um *lócus mnêmico*, onde a memória do seringueiro, em parte, pode ser preservada, mesmo que seja posta *à margem da história*.

A falta ou a suposta ausência de *história* abre margem para a *memória*. “Judas-Asvero”, em *À margem da história*, pode significar *dentro da memória*. Pela inusual maneira de realizar sua historiografia, Euclides parece centralizar seu processo de escrita no *memorialismo*, mas não sob o aspecto *memorial* de quem coleciona memórias, de quem conta a história sob tais e quais traços que se amalgamam nos  *lugares da memória*. O Rio pode até contar a história, mas ele é feito de memórias. Há pedaços a serem completados, como num quebra-cabeça. A memória é assim, criativa, inventiva. É, por isso, que esse quadro “Judas-Asvero” se contrasta e, ao mesmo tempo se harmoniza, com a matéria ensaística de *À margem da história*.

O que passa à memória cultural como signo de força é o mito. Como diz Fernando Pessoa, em célebre poema, “o mito é nada que é tudo”. A vingança euclidiana contra uma realidade macabra, brutal, fantasmal, desconhecida dos centros do poder da República, se faz por meio da recuperação do mito do *judas-asvero*; mas, de fato, para recriação desse mito, em novo mito, dentro da mitologia própria da nacionalidade brasileira, construída a partir da visão amazônica, conquanto em ruínas.

O novo mito diz respeito à característica errante instalada em parte do espírito nacional, como ocorre com os flagelados, os deserdados, os expatriados. Os imigrantes do flagelo da seca se deslocam não somente para as regiões metropolitanas em franco desenvolvimento ao sul do Brasil. Havia “judas” (nordestinos) errantes vagando à margem dos rios de nossa nacionalidade, como no caso dos seringueiros, em sua grande maioria fugindo das secas e das misérias do Nordeste brasileiro.

De algum modo, Euclides vivencia a experiência histórica dos *judeus-errantes* desde *Os Sertões*. Percebe como uma comunidade dos confins de Canudos se movimenta em torno de uma tábua de salvação para as misérias da terra, talvez à espera de um Conselheiro com poderes sobrenaturais para reordenar o fado da vida. Na Amazônia, por outro lado, a brutalidade de um sistema econômico arcaico não suspende o peso da pedra de Sísifo dos ombros dos seringueiros. Euclides sabe da

força extra-histórica da mitologia e de como os mitos se consomem nas raias da *mnemosine* literária. Daí um dos vetores de permanência da representativa figura do errante seringueiro em nossa nova visão para o Norte do Brasil.

Para além de fatos históricos, são as ficções que atestam essa permanência cultural desse signo do ciclo da borracha amazônica, geralmente estampado na figura do seringueiro errante. Se, em seu tempo, Euclides manteve viva uma memória; outras ficções tomaram o bastão literário euclidiano e fortaleceram como motivo literário aquele período decisivo para a história que se conta da Amazônia hoje. E é certo que não puderam contornar, sem reverenciar de algum modo, a narrativa monumental euclidiana. O húmus da tradição narrativa euclidiana inseriu de vez o sistema literário amazônico no polissistema literário nacional. Euclides dá conta de um fato da modernidade brutal que, como um elástico de borracha, se estenderia por todo o século, demonstrando contradições e paroxismo de uma Amazônia sob o pêndulo do urbano-rural.

Boa parte do sistema literário amazônico, durante o século 20, se alicerça sob as bases das representações do ciclo da borracha. Contemporâneo a Euclides e parceiro no projeto amazônico de início do século, Alberto Rangel trabalhou em contos amazônicos enfeixados nas obras *Inferno Verde* (1908), com preâmbulo de Euclides da Cunha, e *Sombras n'água* (1913). Em ambas, Rangel afinou seu discurso com o de Euclides, o que permite uma leitura produtiva de suas narrativas sempre em contato com as do autor de *À margem da história*. Rangel amplia os dramas dos seringais, em painéis, como o de “Judas Asvero”. Basta, por exemplo, reler o conto “Maibi”, de *Inferno Verde*.

Em período histórico muito próximo, pela década de 1920, o amazonólogo Raimundo Morais dissemina a cultura amazônica em obras canônicas dentro desse sistema literário, tal como *Na planície amazônica* (1926). Morais é capaz de lançar novas luzes sobre a história recente da Amazônia, dando vazão ficcional a um indianismo dos seringais em *Os Ressuscitados* (1936), com as relações entre o seringalista cearense José Alves e a índia ipurinã Corina. E aí se pode pensar os

índios como “judas-asveros”, expatriados dentro de sua própria pátria, como os seringueiros dos confins acreanos. Autores coetâneos de Raimundo Morais alastraram pelo centro do país a errância dos seringueiros dos novos tempos amazônicos, como Abguar Bastos (*Terra de Icamíaba*, 1934), Oswaldo Orico, Peregrino Jr. Alfredo Ladislau (*Terra Imatura*, 1921), Carlos Vasconcelos (*Os deserdados*, 1922).

1002

Dalcídio Jurandir, a partir dos anos 1940, apresenta uma visão do Norte sob a perspectiva de um ambiente urbano, em uma grande metrópole como Belém. Algo semelhante, porém, ainda dentro dos seringais, faz Ferreira de Castro com *A Selva* (1930), com clara remissão a Euclides e Alberto Rangel. Em *A Selva*, Manaus descortina-se na sua movimentada rotina de metrópole da borracha. No caso de Dalcídio, enxerga-se a Belém pós-borracha, em franca decadência, a partir do romance de tese política *Belém do Grão-Pará* (1960). É importante registrar que esse romance constitui o Ciclo do Extremo Norte, um conjunto de romances em que se conta a saga do menino-homem Alfredo, iniciada em *Chove nos campos de Cachoeira* (1940). Em *Belém do Grão-Pará*, os seringais aparecem como sonho distante de um paraíso urbano impossível em nova época para a família Alcântara. Cada vez mais, Belém distancia-se do período *belle époque*. Dalcídio encarrega-se de vislumbrar os rumos da memória política desses tempos.

O “judas-asvero” euclidiano continua descendo o rio da memória amazônica, consolidada pela literatura. Cláudio de Araújo Lima, com seu *Coronel de Barranco* (1970), demonstra os problemas de uma geração narrativa que carrega uma memória não vivenciada de perto, como se pudesse colocar sob a acepção de uma “pós-memória”, numa extrapolação do conceito discutido por Marianne Hirsh (2012) em relação ao Holocausto. Nesse caso, põe em destaque a fantasmagórica e lendária figura de Henry Wickham, aventureiro inglês responsável por transplantar mudas de seringueiras para o sudoeste asiático, o que resultou na iminente derrocada da borracha amazônica no mercado internacional. Nesse período, escritores como Álvaro Maia, Lindanor Celina, Benjamin Sanches, Sultana Rosenblat, Haroldo Maranhão, Paulo Jacob e Miguel Jeronymo Ferrante ainda se aferram ao mote

literário do ciclo da borracha ou produzem obras à sombra dessa história, como trauma histórico ressignificado tantas vezes pela memória literária.

Um novo momento do *asvero* ciclo ficcional da borracha amazônica situa-se, nos anos 1980, com Márcio Souza. *Galvez, o imperador do Acre* (1976) e *Mad Maria* (1980) são obras significativas dessa continuidade dada ao memorial literário da Amazônia sob o signo do ciclo da borracha. Pode-se, sem grande dificuldade, perceber como o autor de *Mad Maria* se abastece de toda a tradição narrativa anterior, para compor seu romance, cheio de recursos narrativos e com um *humour* único. E não se pode, nesse caso, abandonar a certeza de que as narrativas históricas, como as pretendidas por Márcio, estão repletas de *interdiscursividade*, como estuda Linda Hutcheon (1991). No caso de *Galvez* e *Mad Maria*, tem-se novos componentes, ou componentes pouco explorados, dentro da ficcionalização da história da borracha. Especialmente em *Mad Maria*, lança-se um olhar sob o descaso da política brasileira da época áurea da borracha para a Amazônia e, ao mesmo tempo, sobre o poderio do empresariado norte-americano em ditar os rumos da política brasileira e de colonizar a Amazônia na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, poderio este representado pela figura do magnata Percival Farquhar. Márcio dá conta da memória da globalização no mercado da borracha, tão desfavorável à economia social brasileira. Euclides não havia deixado de lançar um olhar para a Madeira-Mamoré em *À margem da história*.

Milton Hatoum, em *Dois Irmãos* (2000), por trás da história familiar dos gêmeos Yaqub e Omar, traça um panorama do cenário de decadência de Manaus no pós-guerra. Parte dessa decadência se confunde com o segundo ciclo da borracha, durante a 2ª Guerra Mundial, sob o signo dos soldados da borracha, os mesmos nordestinos representados por Euclides em seu “Judas-Asvero”. E reconstrói o comércio dos imigrantes libaneses, como o de Galib, pai de Zana, e mesmo de Halim, seu marido, como traço do período *belle époque* de Manaus, ainda no primeiro ciclo da borracha, e que se transmudou, durante a Ditadura Militar, em novas tendências

após a abertura da Zona Franca de Manaus. O pano de fundo histórico se repete, em Milton, em *Órfãos do Eldorado* (2008), com as memórias de Arminto Cordovil.

Essa brevíssima passagem por narrativas de continuidade ao “Judas Asvero” euclidiano contribui para uma visão comparativa e, de longo curso historiográfico, sobre os destinos da história da literatura amazônica, de modo a estudar a inter-relação existente entre narrativas no espaço-tempo, capazes de contribuir com a visão de uma nação que enjeita sua nacionalidade amazônica.

Euclides definitivamente modificou os destinos das narrativas literárias amazônicas ao longo do século 20. Seu “Judas-Asvero” é dessas narrativas literárias preñes de significações para a representação de um momento histórico. Ao destacar a obra de diferentes escritores, quase como um retrospecto histórico dos movimentos do sistema literário amazônico, verifica-se um forte peso do mote do ciclo da borracha, o qual colabora na formação de um conjunto de memórias da Amazônia, para sua fixação dentro da cultura nacional. A literatura, nesse caso, fomentou o “memorial literário da Amazônia” ao longo do século passado. Euclides, como vimos, perpassa essa tradição. Pode-se encontrar remissões a seus trabalhos na grande teia polifônica da história da literatura amazônica brasileira. Dentro do ciclo literário da borracha, o “Judas-Asvero” (bem como a narrativa de sustentação ao redor, em *À margem da história*) inscreve-se como “protomemória” dentro do sistema literário amazônico. É a memória entendida como espaço de representação literária daquilo que a história não representa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. Cap. 14 – Euclides da Cunha, sociólogo.
- CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. [1909]
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HATOUM, Milton. "Expatriados em sua própria pátria". In: INSTITUTO MOREIRA SALES. *Cadernos de literatura brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: IMS, 2002.

HIRSCH, Marianne. *The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.

1005

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: _____ (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. 3 v.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova, 1965. [1960]

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.